

PPR

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS ANA

1ª revisão - Elaborada em 08/04/2024
Aprovada pela Comissão Executiva em 23/04/2024

MOD 064605 05

1. ENQUADRAMENTO.....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	4
2.1 A ANA.....	4
2.2 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
2.4 NORMATIVOS E MECANISMOS INTERNOS	7
3. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.....	8
3.1 METODOLOGIA	8
3.2 Identificação dos riscos	10
3.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS	11
3.4 PLANO DE AÇÃO	18
3.5 AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO DO PPR	18
ANEXOS	20
ANEXO I – DEFINIÇÕES	21
ANEXO II - SIGLAS / ABREVIATURAS	22

1. ENQUADRAMENTO

A ANA, gestora de infraestruturas públicas, presente em diversas geografias do país e servindo de ponto de entrada e saída de cidadãos residentes e não residentes, assume a prevenção da corrupção como um dos princípios presentes e prioritários na gestão das suas atividades. Acresce que, enquanto parte integrante do Grupo VINCI, a ANA encontra-se abrangida pelas suas regras, que visam, entre outros princípios, o respeito pela legalidade, o direito à concorrência, a luta contra a corrupção e a prevenção de conflito de interesses, pelo que a sua metodologia de avaliação do risco de corrupção segue o alinhamento com os pressupostos definidos pelo Grupo.

Desta forma, a ANA, implementou o Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) que lhe permite prevenir e reforçar a sua proteção em matéria de corrupção, encontrando-se, para esse efeito, provida de mecanismos de controlo interno e de medidas de prevenção da corrupção que asseguram, de forma transparente, a eficácia e eficiência dos processos e operações. O referido programa vem, igualmente, dar resposta ao propósito da conformidade com a atual legislação nacional aplicável (DL 109-E/2021, de 9 de dezembro), nomeadamente, no que respeita à implementação de um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR).



Este Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o RGPC, para além de incluir um mecanismo de avaliação, assegurado pelo órgão de Auditoria Interna, prevê, igualmente, uma auditoria externa, pelo menos a cada 3 anos, de modo a assegurar a completa independência entre funções e a garantir os mais elevados níveis de *compliance*.

Refere-se ainda que, anualmente, a ANA reporta ao Grupo a revisão da avaliação do risco de corrupção, quer ao nível dos riscos e controlos quer ao nível do grau de cumprimento dos planos de ação definidos.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 A ANA

A ANA é uma sociedade anónima, detida a 100% pela VINCI Airports, SAS, sendo, também detentora da totalidade do capital social da Portway, S.A.

Por via do Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 2012, a ANA é responsável pela prestação de atividades e serviços aeroportuários de apoio à aviação civil por um período de 50 anos, a terminar em 2062, nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e no Terminal Civil de Beja, em Portugal Continental, nos aeroportos de Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e Flores, na Região Autónoma dos Açores. Adicionalmente, em 2014, na sequência da operação de fusão por incorporação da ANAM, a ANA sucedeu a esta entidade como concessionária no Contrato de serviço público aeroportuário nos dois aeroportos da Região Autónoma da Madeira: Madeira e Porto Santo.

A ANA desenvolve a atividade de gestão de infraestruturas aeroportuárias dedicadas ao serviço a aeronaves, passageiros e carga, bem como, de exploração de espaços comerciais e publicitários nos aeroportos, oferta de imóveis, parques de estacionamento e apoio a serviços de rent-a-car (designados negócios extra aviação).

2.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos Sociais que constituem a ANA são:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Comissão Executiva;
- Secretário da Sociedade;
- Conselho Fiscal.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



De uma forma transversal à sua estrutura organizacional, a Empresa adotou um modelo de governo de suporte ao Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o RGPC, constituindo um Comité de Ética e Vigilância, que integra o Responsável pelo cumprimento do normativo (RCN) previsto no DL 109-E/2021, o Responsável geral pela execução, controlo e revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (RPPR), um membro da Comissão Executiva (CE), um colaborador com competência na área jurídica e um colaborador com competências na área de recursos humanos. Desta forma, este Comité reúne as valências necessárias que permitem dar cumprimento ao previsto no referido DL.

O RPPR suporta-se, ainda, de um *Assessment Committee* na validação da atualização final da matriz do risco de corrupção e infrações conexas, previamente à sua submissão para aprovação da Comissão Executiva.

MOD 064605 05

2.4 NORMATIVOS E MECANISMOS INTERNOS

Tendo em conta o propósito deste PPR, assim como, a relevância que os compromissos éticos e de conduta anticorrupção representam para o Grupo VINCI, destacam-se neste ponto os normativos e mecanismos adotados nestas matérias, os quais constituem fatores de prevenção do risco:

Ao nível transversal do Grupo VINCI:

- O Manifesto VINCI, cujos valores se encontram definidos em cinco documentos:
 - Carta de Ética e Conduta;
 - Código de Conduta Anticorrupção;
 - Guia VINCI dos Direitos Humanos;
 - Declaração sobre Ações Essenciais e Fundamentais em matéria de Saúde e Segurança no Trabalho;
 - Orientações Ambientais.
- As Diretivas Gerais, assinadas pelo CEO da VINCI S.A., que especificam os processos de tomada de decisão dentro das entidades e, nomeadamente, exigem que os dirigentes de cada entidade tomem todas as medidas adequadas para detetar e prevenir atos de corrupção e tráfico de influência.

Ao nível da ANA:

- O Anexo à Carta de Ética e Conduta¹;
- A Política Anticorrupção¹;
- Um Canal de Denúncias²;
- Os Procedimentos sobre:
 - Prevenção de Conflito de Interesses ANA;
 - Avaliação do Risco de Corrupção de Entidades Terceiras;
 - Oferta/Aceitação de Presentes e Convites;
 - Atribuição de Donativos no âmbito de Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações.

¹ Documentos disponíveis na área de Ética e Conduta da internet

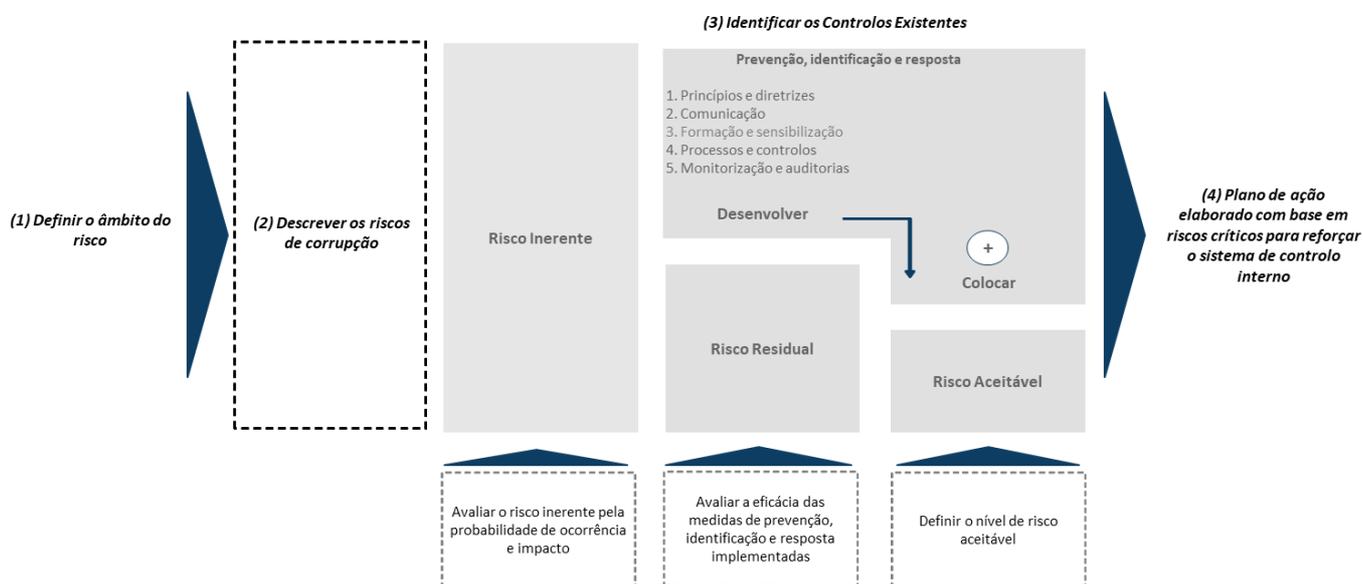
² Instrumento disponível na área de Ética e Conduta da internet

3. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

3.1 METODOLOGIA

A metodologia seguida pela ANA na sua abordagem ao Sistema de Controlo Interno (SCI) e à gestão do risco de corrupção, encontra-se alinhada com a do Grupo VINCI.

No que respeita à identificação e avaliação dos riscos de corrupção e infrações conexas associados às atividades da ANA, foi adotada a seguinte abordagem:



Os riscos inerentes são analisados individualmente e avaliados em termos de:

- Probabilidade, de ocorrência e frequência, de determinado evento:

1. Improvável	2. Pouco Provável	3. Provável	4. Quase Certo
Praticamente impossível de ocorrer	Não se considera possível, mas poderá ocorrer	Poderá ocorrer	Ocorrerá (pelo menos uma vez num determinado período temporal)

- Impacto, considerando as vertentes Reputacional, Operacional/ Negócio, Legal e Financeira:

1 – Baixo	2 – Médio	3 – Significante	4 – Alto
Impacto pouco relevante	Impacto moderadamente relevante	Impacto relevante	Impacto severo

Os riscos residuais resultam da análise complementar dos riscos inerentes, tendo-se em consideração todas as medidas de controlo implementadas, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Se o nível de controlo for baixo, o risco inerente não é reduzido;
- Se o nível de controlo for satisfatório, a pontuação de risco inerente é reduzida (adotando uma abordagem prudencial).

A avaliação do risco residual requer, portanto, a identificação e avaliação da pertinência e qualidade dos fatores de controlo.

Adotando uma abordagem prudencial, considera-se que nenhum risco inerente pode ser reduzido em 100%, como resultado de um sistema exemplar. O impacto e a frequência podem ser reduzidos no máximo em 80%:

Nível de Controlo	1. Exemplar	2. Monitorizado	3. Documentado	4. Definido	5. Baixo
% Redução do risco inerente	80%	60%	35%	20%	0%
Eficácia dos Fatores de Controlo	Risco coberto por um sistema de controlo apropriado, documentado e supervisionado	Os fatores de controlo são documentados e apropriados, mas incompletos	As boas práticas formais foram documentadas; A cobertura de risco não foi comprovada (sem teste de eficácia)	Existem boas práticas, mas não foram documentadas e é necessário trabalho adicional para garantir que cobrem totalmente os riscos	Risco não controlado

Para além dos fatores de controlo que atuam de forma individual em cada risco, são ainda considerados os seguintes fatores, que atuam de forma transversal na mitigação de todos os riscos:

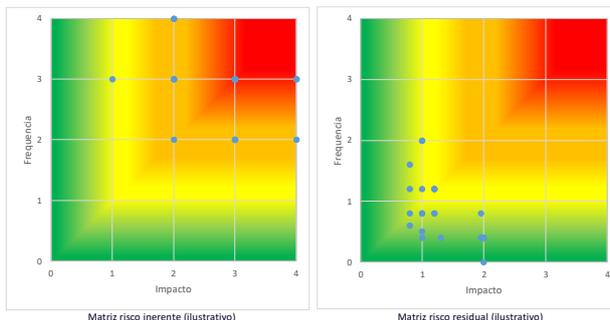
- **Fatores gerais de prevenção:** Medidas, Diretrizes, Códigos, Manuais e procedimentos que estabelecem regras e normas de ética e conduta proporcionando a adoção das melhores práticas e de um comportamento pessoal e profissional exemplar. Todos estes normativos, fazem parte do Sistema de Controlo Interno da ANA, encontrando-se publicados no Sistema iB, disponíveis a todos os trabalhadores.
- **Fatores de Supervisão:** Auditoria Internas (VINCI e ANA) com o objetivo de avaliar se os diversos controlos estão a ser corretamente aplicados, e se são eficazes, entre outros mecanismos de auto avaliação do SCI, de modo a garantir a aplicação de todos os normativos (do Grupo e da ANA).

Assim, o nível de risco é apurado da seguinte forma:

Risco Inerente: Impacto*Probabilidade

Risco Residual: Impacto*Probabilidade*Controlo

Obtendo-se as seguintes as matrizes:



3.2 Identificação dos riscos

Os riscos de corrupção e infrações conexas, incluídos no mapeamento, são, primeiramente, os identificados ao nível da VINCI Concessions, aos quais foram efetuados os devidos ajustamentos para considerar a realidade e a atividade específica da ANA.

A gestão do risco, tem por base a identificação dos processos críticos para a atividade, tendo-se efetuado o cruzamento dos riscos de corrupção e infrações conexas com os mesmos, conforme apresentado no quadro seguinte:

PROCESSO	RISCO
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial Gestão de RH	1A Subornar diretamente um decisor público para obter uma concessão ou alteração do contrato de concessão
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial Gestão e Reporting dos Recursos Financeiros	1B Corrupção indireta cometida por um intermediário (prestador de serviços) contratado pela Empresa para obter ou manter um contrato de concessão ou alteração de contrato de concessão
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial	1C Corrupção indireta cometida por um intermediário (prestador de serviço) contratado pelo concedente para obter ou manter um contrato de concessão ou para a alteração de um contrato de concessão
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial Gestão de RH	1D Corrupção indireta cometida por um sócio-membro do consórcio da concessão para a obtenção ou manutenção de um contrato de concessão ou alteração do contrato de concessão
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial Desenvolvimento de Infraestruturas Gestão de Compras	1E Corrupção indireta cometida por um co-contratante ou subcontratado para obter um contrato de concessão ou uma alteração a um contrato de concessão
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial	1F Tráfico de influência de terceiros para obter um contrato de concessão ou uma alteração a um contrato de concessão
N/A	2A Aquisição pela Empresa de uma empresa concessionária que cometeu ou beneficiou de atos de corrupção (Risco N/A à atividade da ANA)
Gestão da Estratégia e do Planeamento Empresarial	2B Corrupção cometida para adquirir ou vender uma empresa privada
Gestão da Prestação de Serviços Aeroportuários Gestão dos Negócios Aviação	3A1 Subornar um decisor público durante um processo contratual ou administrativo para obter ou manter uma vantagem indevida para a Empresa (excluindo facilitação de pagamentos)
Desenvolvimento de Infraestruturas Gestão e Reporting dos Recursos Financeiros	3A2 Subornar, indiretamente, um decisor público durante um processo contratual ou administrativo, para obter ou manter uma vantagem indevida para a Empresa (excluindo pagamentos de facilitação)

PROCESSO	RISCO
Gestão e Reporting dos Recursos Financeiros	3B Subornar um funcionário público através de facilitação de pagamentos para obter ou manter uma vantagem indevida para a Empresa
Gestão dos Negócios Aviação Desenvolvimento de Infraestruturas Gestão Ambiental	3C Efetuar pagamentos indevidos a um terceiro privado durante a execução de um contrato para obter ou manter uma vantagem indevida para a Empresa
Gestão dos negócios aviação Gestão dos negócios extra aviação Gestão de Compras Gestão de RH Gestão Ambiental	3D Subornar um terceiro independente durante o litígio para obter ou manter uma decisão favorável para a Empresa
Gestão de RH Desenvolvimento de Infraestruturas Gestão da Comunicação Gestão Ambiental	3E Subornar um sindicato, associação ou ONG para obter apoio para desbloquear uma situação desfavorável ou para continuar as atividades em condições favoráveis à Empresa
Gestão dos Negócios Aviação Gestão dos Negócios Extra Aviação	3F Corrupção passiva durante a adjudicação ou execução de um contrato de prestação de serviços com um cliente para que um colaborador da Empresa obtenha ou mantenha uma vantagem indevida
Gestão de Compras	4A Corrupção passiva durante a adjudicação ou execução de um contrato com um fornecedor/prestador de serviços para que um colaborador da Empresa obtenha ou mantenha uma vantagem indevida
Todos os Processos	4B Conflito de Interesses
Gestão de RH	4C Vantagem indevida solicitada por um funcionário responsável pelo RH da Empresa a um candidato no âmbito de um processo de contratação

3.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS

No seguimento da metodologia atrás referida, foi desenvolvida a avaliação do nível do risco antes (inerente) e após (residual) a implementação das medidas preventivas e corretivas. Nesta avaliação, foram consideradas os seguintes fatores, que contribuem para a redução de todos os riscos:

a) de Prevenção

Medidas Preventivas e Corretivas
Auditoria Interna da VINCI Concessões - auditorias aos processos de todas as entidades do Grupo
Auditoria Interna da ANA - avaliação das Medidas Preventivas e Corretivas associadas ao PPR
Programa VICTOR - Auto-avaliação do sistema de controlo interno
Códigos no âmbito das matérias relacionadas com Ética e Conduta Anticorrupção: Manifesto, Código de Conduta Anticorrupção, Carta de Ética e Conduta e respetivo Anexo
Poderes legais para movimentação de contas bancárias parametrizados nas aplicações de pagamento
Accounting Guidelines - Medidas de controlo contabilístico estruturadas, aplicáveis a todas as empresas do Grupo
Procedimento interno para pedido de reembolso de despesas profissionais
Procedimentos internos de tesouraria baseados nas diretivas do Grupo VINCI
Manual de Deslocações e Estadas
Procedimento Presentes e Convites
Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações

Medidas Preventivas e Corretivas
Comunicação da Gestão de Topo do Grupo - Publicações de Guidelines na intranet e sensibilização em eventos corporativos
Envolvimento da Gestão de Topo do Grupo e da ANA na implementação dos Programa de Compliance VINCI e Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), disseminando e supervisionando uma cultura de ética
Procedimentos internos e legislação (DL254/2012), na área de Vendas
Manual de Faturação, Concessão e Controlo de Crédito
Contrato de Concessão (estabelece procedimento de formalização/atualização de taxas reguladas)
Sistema de Avaliação de Desempenho e Plano de Formação
Formação no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas (VINCI e específica ANA)
Manual de Compras e procedimentos conexos
VINCI PURCHASING FRAMEWORK (Guia Prático de Compras Sustentáveis, Compromisso de Desempenho Global dos Fornecedores e Diretrizes de relações com Subcontratantes) (em implementação)

b) de Supervisão

Medidas Preventivas e Corretivas
Auditoria Interna da VINCI Concessões - auditorias aos processos de todas as entidades do Grupo
Auditoria Interna da ANA - avaliação das Medidas Preventivas e Corretivas associadas ao PPR
Programa VICTOR - Auto-avaliação do sistema de controlo interno

c) de Controlo, comuns a todos os riscos:

Medidas Preventivas e Corretivas
Divulgação e respetiva monitorização do Código de Conduta Anticorrupção, Carta de Ética e Conduta e respetivo Anexo
Canal de comunicação de infrações próprio da ANA em paralelo com o do Grupo, com monitorização dos alertas recebidos
Monitorização dos planos de ação decorrentes do Programa VICTOR
Monitorização das Diretivas Gerais VINCI (regras para processos de tomada de decisão)
Programa de Compliance VINCI e Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) monitorizados pelos Comitê de ética e vigilância da VINCI e da ANA, respetivamente
Limitação de Poderes
Gestão da comunicação de crise
Gestão centralizada das matérias jurídico-contenciosas
Gestão centralizada na implementação das regras para o desenvolvimento de trabalhadores

No quadro seguinte, são detalhados os fatores de controlo que atuam de forma individual em cada risco, e que, em conjunto com a contribuição dos fatores anteriormente descritos, permitem obter o risco residual.

Risco	Risco Inerente		Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual	
	I	P		I*C	P*C
1A	4	1	Processo de recrutamento e seleção - centralizado ao nível da empresa Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Processo de viagens - validações independentes Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,6	0,7
1B	4	2	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada Avaliação de fornecedores Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra Validação dos dados para pagamento Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços Práticas de rotação de gestores de contratos Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,6	0,8
1C	3	1	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra Validação dos dados para pagamento Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços Definição prévia do preço base do objeto da consulta Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,0	0,4

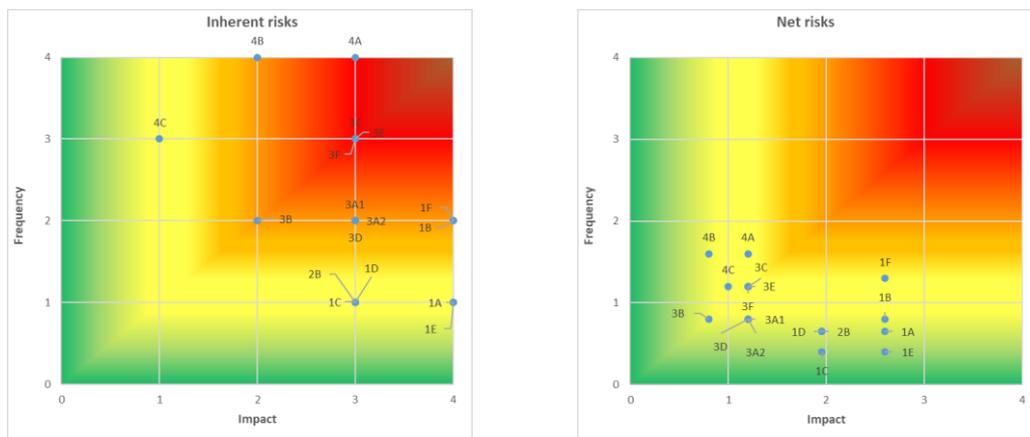
Risco	Risco Inerente		Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual	
	I	P		I*C	P*C
1D	3	1	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada Avaliação de fornecedores Validação dos dados para pagamento Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Processo de viagens - validações independentes Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,0	0,7
1E	4	1	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada Avaliação de fornecedores Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra Validação dos dados para pagamento Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços Práticas de rotação de gestores de contratos Aplicação das regras para solicitação de seguros e garantias bancárias Definição prévia do preço base do objeto da consulta Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,6	0,4
1F	4	2	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada Avaliação de fornecedores Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços Práticas de rotação de gestores de contratos Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias Controlo de acessos aos sistemas de informação Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa Processo de viagens - validações independentes Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa	2,6	1,3

Risco	Risco Inerente		Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual	
	I	P		I*C	P*C
2A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2B	3	1	<p>Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes</p> <p>Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada</p> <p>Avaliação de fornecedores</p> <p>Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias</p> <p>Controlo de acessos aos sistemas de informação</p> <p>Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa</p> <p>Processo de viagens - validações independentes</p> <p>Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão</p> <p>Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa</p>	2,0	0,7
3A1	3	2	<p>Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada</p> <p>Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias</p> <p>Controlo de acessos aos sistemas de informação</p> <p>Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa</p> <p>Processo de viagens - validações independentes</p> <p>Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão</p> <p>Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa</p>	1,2	0,8
3A2	3	2	<p>Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes</p> <p>Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada</p> <p>Avaliação de fornecedores</p> <p>Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização</p> <p>Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios</p> <p>Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra</p> <p>Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra</p> <p>Validação dos dados para pagamento</p> <p>Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens</p> <p>Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços</p> <p>Práticas de rotação de gestores de contratos</p> <p>Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias</p> <p>Controlo de acessos aos sistemas de informação</p> <p>Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa</p> <p>Processo de viagens - validações independentes</p> <p>Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa</p>	1,2	0,8
3B	2	2	<p>Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias</p> <p>Controlo de acessos aos sistemas de informação</p> <p>Validação dos dados para pagamento</p> <p>Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa</p> <p>Saídas de caixa e controlo do saldo da pequena caixa - controlo periódico na área financeira</p> <p>Processo de viagens - validações independentes</p> <p>Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão</p> <p>Pedidos de pagamentos de facilitação - centralizado em cada órgão e com reporte ao Comité de Ética e Vigilância</p> <p>Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa</p>	0,8	0,8

Risco	Risco Inerente		Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual	
	I	P		I*C	P*C
3C	3	3	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes	1,2	1,2
			Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada		
			Avaliação de fornecedores		
			Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização		
			Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios		
			Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra		
			Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra		
			Validação dos dados para pagamento		
			Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens		
			Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços		
			Práticas de rotação de gestores de contratos		
			Aplicação das regras para solicitação de seguros e garantias bancárias		
			Definição prévia do preço base do objeto da consulta		
			Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias		
			Controlo de acessos aos sistemas de informação		
3D	3	2	Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa	1,2	0,8
			Processo de viagens - validações independentes		
			Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão		
			Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa		
			Avaliação de fornecedores		
			Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias		
			Controlo de acessos aos sistemas de informação		
			Validação dos dados para pagamento		
3E	3	3	Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa	1,2	1,2
			Processo de viagens - validações independentes		
			Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão		
			Procedimento Responsabilidade Social, Mecenato, Patrocínios e Quotizações - centralizado ao nível da empresa		
			Avaliação de fornecedores		
			Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias		

Risco	Risco Inerente		Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual	
	I	P		I*C	P*C
3F	3	3	Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes	1,2	1,2
			Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada		
			Avaliação de fornecedores		
			Controlo de acessos aos sistemas de informação		
			Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão		
			Segregação de funções no processo de vendas		
			Monitorização da atividade dos clientes no âmbito das licenças		
4A	3	4	Concessão e atribuição de crédito - validações independentes	1,2	1,6
			Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes		
			Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada		
			Avaliação de fornecedores		
			Segregação de funções, nos processos de adjudicação/prorrogação de contratos e limites de autorização		
			Análise da execução orçamental, incluindo a justificação de desvios		
			Conferência e Registo da receção dos bens e serviços em sistema, com afetação automática ao pedido de compra		
			Validação dos dados da fatura e cruzamento automático, em sistema, entre a fatura e o pedido de compra		
			Validação dos dados para pagamento		
			Modelo de gestão de Investimentos - Avaliação sobre manutenção/substituição de bens		
			Monitorização da execução de contratos de empreitadas e prestação de serviços		
			Práticas de rotação de gestores de contratos		
			Apliação das regras para solicitação de seguros e garantias bancárias		
Definição prévia do preço base do objeto da consulta					
Controlo de acessos aos sistemas de informação					
Pedido de reembolso de despesas - validações independentes e centralizado ao nível da empresa					
Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão					
4B	2	4	Processo de recrutamento e seleção - centralizado ao nível da empresa	0,8	1,6
			Procedimento sobre a inexistência de conflito de interesses - monitorização através de auditorias		
			Processo de seleção e adjudicação - workflows de aprovação; validações independentes		
			Procedimento de avaliação do risco de corrupção de entidades terceiras - Monitorização centralizada		
			Avaliação de fornecedores		
4C	1	3	Controlo de acessos quanto aos poderes para movimentação de contas bancárias	1,0	1,2
			Processo de recrutamento e seleção - centralizado ao nível da empresa		
			Procedimento de aceitação/oferta de presentes e convites - centralizado em cada órgão		

As matrizes abaixo apresentadas espelham, de forma gráfica, a redução do nível do risco por via da implementação das medidas preventivas e corretivas:



3.4 PLANO DE AÇÃO

De acordo com a avaliação espelhada no ponto anterior, não foram identificadas situações de risco elevado ou máximo

No entanto, foram identificadas melhorias que irão reforçar algumas das medidas preventivas e corretivas implementadas, para as quais foram definidos planos de ação.

3.5 AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO DO PPR

O PPR é revisto pelo menos a cada 3 anos, podendo, durante esse período, serem feitas alterações/atualizações dos riscos mapeados, dos respetivos controlos e da sua classificação, nomeadamente, quando existam alterações de contexto ou sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura organizacional ou societária da ANA que justifique a revisão dos riscos e respetivas medidas preventivas e corretivas implementadas

Estas alterações/atualizações ao PPR resultarão da análise que é efetuada, em sede de Comité de Ética e Vigilância, do ciclo anual do Programa de Integridade, Transparência e Conformidade com o RGPC, sendo alvo de reporte, anual, à VINCI Concessions através do *Corruption Risk Mapping*, nos termos do seu *Compliance Program*.

Quanto aos controlos identificados no âmbito do SCI implementado, dos quais fazem parte os identificados no presente PPR, os mesmos são avaliados pelo órgão da Auditoria Interna (AI) através da inclusão, no seu Plano Estratégico quadrienal, de auditorias com esse âmbito e com a periodicidade definida no mesmo, no sentido de permitir uma maior proteção e criação de valor para a ANA.

Os planos de ação associados aos riscos identificados no PPR são, periodicamente, monitorizados e reportados superiormente pelo RPPR.

Ainda numa base anual, são elaborados os seguintes relatórios:

- Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo (mês de outubro);
- Relatório de avaliação, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação (mês de abril).

ANEXOS

ANEXO I – DEFINIÇÕES

Controlo - Qualquer ação empreendida para gerir o risco e melhorar a probabilidade da consecução dos objetivos e metas da organização.

Corrupção e Infrações Conexas – Os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 3.º do Anexo do DL 109-E/2021.

Gestão do Risco - Um processo para identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais eventos ou situações, que forneça uma segurança razoável de que os objetivos da organização serão alcançados.

Medidas de Controlo/Preventivas e Corretivas – Atividades e/ou procedimentos de natureza preventiva ou detetiva implementadas pela organização para mitigar os riscos.

Risco - A possibilidade da ocorrência de um evento que possa ter impacto sobre o alcance de objetivos. O risco é medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.

Risco Inerente (Bruto) – Quantidade de risco existente no negócio ou atividade, independente da existência de um sistema de controlo interno ou de outras medidas de mitigação.

Risco Residual (Líquido) – Quantidade de risco que permanece após a implementação de controlos e outras medidas de mitigação, por parte da empresa.

Sistema de Controlo Interno - É um processo liderado pela Administração e executado por todos os patamares hierárquicos, que agrega a totalidade dos controlos em vigor na organização e a forma como estão implementados, sendo desenhado para providenciar uma segurança razoável sobre o alcance dos objetivos nas seguintes categorias:

- Eficiência e eficácia das operações;
- Salvaguarda dos ativos;
- Fiabilidade do relato financeiro;

Conformidade com leis e regulamentos.

ANEXO II - SIGLAS / ABREVIATURAS

Sigla	Definição
AI	Auditoria Interna
CE	Comissão Executiva
CEO	Chief Executive Officer
DL	Decreto Lei
PPR	Plano de Prevenção de Riscos
RCN	Responsável pelo Cumprimento do Normativo
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
RH	Recursos Humanos
RPPR	Responsável pelo Plano de Prevenção de Riscos
SCI	Sistema de Controlo Interno